

L. B. de SOUZA, *A fé trinitária e o conhecimento de Deus. Estudo do De Trinitate de Santo Agostinho*, Loyola, São Paulo, 2013, 257 p.

Esta obra oferece valiosa contribuição aos estudos agostinianos no Brasil, no sentido de propor uma releitura do *De Trinitate* de Santo Agostinho na perspectiva filosófico-teológica e antropológica. A princípio, destacaremos duas características presentes ao longo deste estudo realizado por Lúcio Bento de Souza, as quais poderão abrir horizontes de compreensão da especulação sobre Deus no *De Trinitate*. Em primeiro lugar destacamos a forma perspicaz como o autor situa os argumentos de Santo Agostinho entre dois acontecimentos históricos do cristianismo, a saber, o concílio de Niceia (325) e o de Constantinopla (381) os quais marcaram profundamente o pensamento de Agostinho sobre a Trindade. Em segundo lugar, a obra se caracteriza pelo destaque da fundamentação filosófica e antropológica com a qual o autor se apropria do tema da analogia da *imago Dei*, considerando-se então a mais rica contribuição agostiniana à reflexão trinitária e à mística cristã; um esforço da inteligência da fé para compreender o mistério da Trindade mediante a imagem impressa na alma humana.

Para fins didáticos, nesta recensão, faremos a nossa apresentação em três partes temáticas, conforme se estrutura a própria obra de Lúcio Bento Teixeira, com a exposição de seus temas e problemas: a primeira refere-se à reflexão teológico-trinitária nos termos da teologia sistemática do século IV, na qual Agostinho, bispo de Hipona, está inserido; a segunda trata-se da linguagem expressa no dogma trinitário, isto é, o interesse teológico e o fundamento da fé obtida pela tradição; a terceira parte refere-se à natureza do conhecimento de Deus, onde Agostinho demonstra os vestígios da Trindade nas criaturas e a imagem de Deus no homem interior. A propósito, o conteúdo deste estudo desperta grande interesse para investigadores nas áreas de filosofia, antropologia teológica e teologia.

A obra, «*A fé trinitária e o conhecimento de Deus: estudo do De Trinitate de Santo Agostinho*», escrita por Lúcio Souza propõe-se na esteira do bispo de Hipona conduzir a razão humana a mergulhar no mistério de um Deus uno e trino, por meio da inteligência da fé, a partir dos argumentos antropológicos das três faculdades do homem: memória,

inteligência e vontade. Observa o autor do estudo que o percurso trilhado por Agostinho no *De Trinitate* foi, sem sombra de dúvida, em todos os aspectos, o mais difícil de todos os seus escritos. Não só pela complexidade e profundidade do tema do uno e trino em Deus, mas também por todas as contrariedades durante o percurso de sua composição, o relato do dito “roubo” dos livros I a XII, por volta de 416 em que foram supostamente furtados quando Agostinho se deslocou a Cartago em 418. Apesar dos percalços e aporias, a obra deve ser considerada de grandeza incomensurável para o pensamento cristão pela sua natureza especulativa, mística, teológica e, ainda, marcada pelo profundo desejo em que se encontrava Agostinho no sentido de aprofundar o seu pensamento na intelecção do mistério trinitário.

Lúcio Souza, na primeira parte de seu estudo apresenta um longo panorama histórico que marcou os eventos da cristandade, os quais, na sua compreensão favoreceram a Agostinho com condições imediatas para formular a tese da relação entre o uno e o trino em Deus. Conforme Souza, consensualmente entre os biógrafos, Agostinho teria começado a escrever o *De Trinitate* por volta de 399, tendo terminado a obra 20 anos depois, ou seja, entre 419-420. Neste ínterim, animado pela conclusão do *De Trinitate* e também por finalizar as *Confessiones*, já havia passado cerca de dezessete anos sobre a “paz” do Concílio de Constantinopla (381). O fato importante nessa caracterização histórica é que o fio condutor da reflexão teológico-trinitária desenvolvida no século IV tem como ponto de partida o Concílio de Nicéia em 325 e se estende até o Concílio de Constantinopla em 381. Esse Concílio veio pacificar muitos dos conflitos cristológicos e trinitários ainda alicerçados em Nicéia, não resolvidos naquele momento, os principais problemas conceituais da unidade em Deus, bem como em alguns casos até a acirrada disputa trinitária nas Igrejas orientais de Alexandria e Antioquia. Os historiadores da Igreja consensualmente afirmam que o Concílio de Nicéia trouxe para o seio do cristianismo a centelha das divergências teológicas do século IV, isto é, aqueceu a polêmica ariana.

Lúcio Souza, ainda na primeira parte de suas análises históricas sobre o *De Trinitate* de Agostinho de Hipona, destaca o papel importante da polêmica ariana na formulação do dogma trinitário. Por volta do ano 320, a Igreja de Alexandria (Egito) produziu um violento choque entre o presbitério Ario e o bispo Alexandre. A causa do enfrentamento entre o

Presbítero e o Patriarca Alexandre tem como divergência a doutrina das relações entre o Pai e o Filho, sobretudo põe-se em dúvida a possibilidade de consubstancialidade. Dessa forma, a considerada heresia ariana põe em risco um dos mistérios fundamentais do cristianismo, o mistério da Trindade. A tentativa de Ario em opor-se à natureza consubstancial do Filho de Deus fundamenta-se nos ensinamentos dos Padres pré-nicenos (séculos I-III), especialmente na teologia do verbo (pp. 29-30). Souza ainda observa que o conteúdo da doutrina de Ario, afirmava ser Cristo a essência intermediária entre a divindade e a humanidade, negava-lhe o caráter divino, assim desmistificava o mistério da Trindade ao lançar a maior da centelha das divergências teológicas do século IV (p. 31).

Ario tinha inspiração nos ensinamentos dos padres pré-nicenos (século I e III); sua doutrina tem um caráter hermenêutico bíblico e filosófico no que se refere ao estudo da unidade divina. Muitas das obras de Ario foram extraviadas, conservando-se, ainda, fragmentos da obra *Thalia*, duas *Cartas* e uma *Profissão de fé*. O cerne da doutrina ariana sustenta que o Verbo de Deus é um intermediário entre Deus e o mundo, é anterior ao tempo, mas não é eterno, e é criado – porque tudo que não é Deus é criado *ex nihilo*, mesmo sendo a mais perfeita criatura. Os Padres da Igreja refutam de modo singular a heresia do termo “criado” para a condição divina do Filho que foi gerado consubstancialmente da natureza do Pai.

Lúcio Souza trilhando o percurso histórico identifica que as interpretações arianas sobre a Trindade, o conteúdo da relação pai/filho tem seu fundamento nas divergências da escola alexandrina. Essa escola pretendia interpretar o conteúdo da teologia da Revelação fazendo uso da filosofia platônica. Os sucessores de Alexandria, Atanásio e Hilário ficaram conhecidos na História da Patrística como os principais defensores da fé professada em Nicéia (325) contra a heresia ariana, utilizando as alegorias platônicas. Ambos defendem a doutrina nicena sobre a origem eterna do Filho de Deus, gerado da substância do Pai. Conforme Souza, o acirramento do debate nesse período pós-niceno está no termo “gerar” em contraposição ao termo criar (p. 53). Orígenes é considerado o pensador da Patrística que encontra seu máximo esplendor na escola de Alexandria como aquele que defende a teologia do *lógos*. O que para os gregos era considerado apenas o princípio de inteligibilidade,

para os Padres, o *Lógos* quer dizer o Cristo, a sabedoria, razão e verbo do Pai.

Conforme Lúcio Souza, «o aguilhão da discussão do Concílio de Nicéia foi sobre a equivalência entre os termos “*hipóstase*” e “*ousía*”, e seu uso apropriado para designar as pessoas da Trindade. O termo “*hipóstase*” pode significar tanto uma coisa quanto uma ação. Usado para designar uma coisa, exprime toda realidade substancial em geral. Nesse primeiro sentido, o uso filosófico do termo equivale a outra palavra grega: *ousía*, correspondente à palavra latina “*substantia*”. Utilizado no sentido de uma ação, o termo “*hipóstase*” designa o ato de se manter sob, ou mesmo no sentido de suporte. Sua evolução semântica aproximou-o do verbo grego *hyphistemi*, que significa subsistir. A aproximação dos dois conceitos permitiu o emprego do termo “*hipóstase*” para designar o existir em sentido ativo, ou seja, o subsistir» (p. 40).

Portanto, Lúcio Souza afirma (p. 41) que até o final do século II, tanto em autores pagãos como também cristãos os termos *hipóstase* e *ousía* são empregados como sinônimos. O primeiro a distingui-los é Orígenes, ao sustentar a existência de “três *hipóstases*” em Deus, também Dionísio de Alexandria defende o mesmo uso do termo, ambos são herdeiros do neoplatonismo. O arianismo também na esteira da escola neoplatônica defende a doutrina das três *hipóstases*, essa doutrina se tornará o conteúdo programático das especulações teológicas alexandrina daquela época. Em contraposição também os Padres da Capadócia, Basílio de Cesareia, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa trabalham em defesa do cristianismo, especialmente para a manutenção da fé verdadeira em meio a difusão de várias doutrinas agnósticas. De acordo com Lúcio Souza, a orientação racionalista do arianismo traz em seu bojo a ideia de uma tríade de tipo descendente, três *hipóstases* cada uma é inferior a precedente, não obstante, fruto da confusão da junção da teologia hebraica, judia e cristã.

Na segunda parte do livro, Lúcio de Souza, dissecou sobre os motivos e interesses teológicos agostiniano no *De Trinitate*, ainda na opinião do autor, a elaboração do *De Trinitate* não foi motivada apenas por polêmicas arianas, mas sobretudo pelo imenso desejo de aprofundar na inteligência da fé em Deus uno e trino, isto é, interessa ao bispo de Hipona demonstrar como a essência única de Deus pode ser dita em três pessoas divinas. Souza escreve, que antes de tudo, o próprio Santo

Agostinho adverte seus leitores sobre o perigo que há em se deixar guiar demasiadamente pela razão e desprezam os princípios da fé. Com efeito, Santo Agostinho quer censurar aqueles que pretendem embasar o discurso sobre Deus unicamente na força da razão (p. 92), muitos utilizaram a dialética e as categorias aristotélicas como ponto de apoio, frisamos sobretudo os defensores do Concílio de Antioquia, os arianos, todavia, cada um tentava reduzir o mistério divino à medida estreita da razão humana, tendo esvaziado o seu contendo suprarracional. Os Capadócijs, na defesa contra o arianismo utilizavam o argumento *ad hominem*, por conseguinte, os Padres latinos ao contrário, sempre recusaram reduzir o conhecimento de Deus e a sua obra redentora a uma série de silogismo.

Lúcio Souza em breve apresentação do plano geral da obra *De Trinitate* elenca o principal motivo que induzira Agostinho a escritura do *De Trinitate*. Conforme sua exposição o que motivou Agostinho a meditar sobre a Trindade foi a leitura meditativa da *Sagrada Escritura*, Agostinho leu e meditou nas *Escrituras* toda a literatura sobre as três pessoas divinas e suas relações recíprocas, suas origens, natureza e suas atribuições. Todos esses dados dispersos e fragmentados, ajudou Agostinho a compreender a sua conexão mútua em função da unidade da natureza divina (p. 93). Souza afirma que de fato, o *De Trinitate* de Agostinho é a obra chefe por excelência escrita à luz dos princípios da filosofia. Nessa obra, de acordo com G. Madec, a Escolástica teve seu nascimento e seria justo tratar Agostinho como o precursor da Escolástica. A dialética, portanto, estaria a serviço da teologia.

Ainda de acordo com as análises de Lúcio Souza, podemos didaticamente dividir a Obra *De Trinitate* em duas partes temáticas; os primeiros livros I-VII tratam da terminologia trinitária que são apoiadas nas categorias e concepções correntes da filosofia, tais como a noção de essência e substância para decifrar e definir a natureza divina. O principal resultado desta investigação é a doutrina da relação, ou seja, Agostinho quer dizer que Deus é relação trinitária. Já na segunda parte, livros VIII-XV, Agostinho se propõe a descobrir na vida da alma humana analogias que permitem representar à luz do mistério da vida íntima de Deus. Podemos dizer que o livro VIII servirá de transição entre as duas partes. Mas nos livros VIII-IX se encontram o ápice da antropologia teológica agostiniana, atribuindo a condição humana dotada de *mens* e amor como

uma imagem ainda que imperfeita da Trindade. Esta imagem, contudo não é satisfeita em todos os aspectos. Em busca de uma imagem mais aproximada de Deus, Santo Agostinho avança para o livro X e alcança o ápice de sua especulação teológica, através da demonstração da primeira evidência da trindade, a memória, a inteligência e a vontade, todas as três enraizadas no espírito humano ou como substâncias da alma.

A terceira parte da obra, *A fé trinitária e o conhecimento de Deus. Estudo do De Trinitate de Santo Agostinho*, o autor se empenha em formular uma releitura mais ampliada da *Imago Dei* no homem interior. Para Lúcio Souza, A grande descoberta de Agostinho para a antropologia teológica foi a análise da vida do espírito como portador de um sinal da vida trinitária divina. O Hiponense na busca da imagem propriamente dita de Deus no homem interior descreve a estrutura da alma humana a partir das analogias, *mens, notitia, amor, memória, inteligência e vontade*.

Lúcio Souza observa a firmeza de Agostinho para encontrar uma definição mais apropriada para dizer a presença divina na alma humana. Portanto, percebe-se pouquíssimas passagens em que Agostinho utiliza explicitamente o termo substancial para se referir ao modo de existir, o conhecimento e o amor na alma, umas delas está no *De Trinitate*, IX, 4, 5. Nessa passagem, Agostinho explica que essas coisas (o conhecimento e o amor) presentes na alma, se manifestam ocultamente de modo a serem sentidas e analisadas na sua substância ou, por assim dizer, na sua essência. Entretanto, substância no sentido de “essência” ou subsistente. «Por isso, a mente não as têm em si como num sujeito, mas existem substancialmente tal como mesmo a alma».

O aprimoramento do discurso filosófico-teológico de Agostinho surpreende os leitores de seu tempo. Na concepção de Lúcio Souza, Santo Agostinho pretende atender dois tipos de leitores, aos crentes como também aqueles que se deixam desencaminhar pelo “imaturo e desordenado amor pela razão”. Para atender a esses destinatários, nos livros V-VII tenta elaborar uma doutrina da qual os filósofos não possam duvidar. Nessa etapa da pesquisa, Santo Agostinho passa a empregar mais incisivamente a dialética agregada ao uso de categorias aristotélicas do pensamento. Segundo o pesquisador do *De Trinitate*, merece destaque a categoria de “relação” referente a Deus. Não obstante, Santo Agostinho, assim como também os demais Padres latinos, de certa forma ignoram a

distinção feita então pelos Padres gregos, entre os termos *hipóstases* e *ousia*, por sua vez, utiliza a fórmula mais adequada para significar a fé trinitária: “uma essência ou substância e três Pessoas”. Em algumas partes do texto, Agostinho prefere o termo “essência” ao termo “substância”, para designar o que é comum ou uno em Deus. Apesar de reconhecer e admitir o uso sinonímico dos termos entres os escritores latinos, entende que “substância” seja um termo inapropriado para ser aplicado a Deus. De acordo com Souza (pp. 131-132) a reserva agostiniana sustém-se em razões etimológicas. O termo “substância” deriva do termo latino “*subsistere*” que significar subsistir, portanto, Santo Agostinho considera mais adequado designar com o termo “subsistir” «as coisas que existem em alguma outra coisa, como em um “sujeito”, nesse sentido cita o exemplo da cor e da forma no corpo» (Cf. *De Trinitate*, VII, 5, 10).

A releitura de Lúcio Souza das escolhas terminológicas de Agostinho é que o termo “*substância*” traduzido por “subsistir” no vocabulário latino, literalmente significa apropriadamente as coisas que não são mutáveis e nem simples. Assim entendida substância suporta também acidentes. Caso Deus subsistisse de modo a receber, adequadamente, a denominação substancia, ter-se-ia que admitir n’Ele a existência de algo accidental como num sujeito. Por conseguinte, já não seria um ser simples. Ora, já não haveria mais a identidade entre Ser Deus e aquilo que lhe é atribuído como qualitativo. Lúcio Souza percebe que no vocabulário do *De Trinitate* há opção preferencial agostiniana quando se refere a Deus, pelo termo “*essência*”, visto que tal preferência de uso dá-se também pela aproximação com a linguagem bíblica, pois derivado do verbo latino, “*esse*” quer significar o “ser”. Em todo caso, Santo Agostinho considera que o termo essência seja aplicado com propriedade apenas a Deus, pois é o Ser por excelência (p. 132).

Ampliando o conhecimento sobre Deus, Santo Agostinho assume como ponto de partida o testemunho das *Escrituras*: «Deus é amor, aquele que permanece no amor permanece em Deus e Deus nele» (1Jo 4, 16). Por isso, Agostinho propõe-se demonstrar que quem vê o amor vê também a própria Trindade. (p. 163). Ao dissecar sobre a natureza do amor no livro IX do *De Trinitate*, Lúcio Souza propõe que seja necessário examinar as três realidades implicadas neste processo, conforme expõe o próprio Agostinho. Na visão do Hiponense o amor verdadeiro consiste

naquele que ama algo, na verdade, o amor que nada ama não é amor. Sendo assim, descreve a realidade do amor a partir de três perspectivas: «o que ama, o que é amado, e o mesmo amor». (Cf. *De Trinitate* XI, 2. 2). Lúcio Souza escreve que a partir desta descoberta Santo Agostinho propõe uma pausa para elevar ainda mais alto e procurar as três realidades do amor em Deus. Santo Agostinho também relata a dificuldade em intuir e conhecer a substância divina e criadora, imutável e eterna de Deus em si mesma. Somente há possibilidade por meio do processo progressivo de purificação, assimilando a inteligência da fé nas *Escrituras* faz-se imprescindível para que a mente humana chegue a «contemplar inefavelmente» a substância inefável de Deus (p. 140).

Na terceira e última parte do estudo, Souza busca compreender o percurso de Agostinho para investigar o vestígio da Trindade nas criaturas, cujo ponto de partida é a mente, o conhecimento e o amor. Como foi dito, somente vê a Trindade se vê o amor e a concepção de amor em Agostinho tem fundamentos nas *Escrituras*.

O autor do estudo do *De Trinitate* faz um longo esforço no sentido de buscar entender o que seja verdadeiramente o amor no contexto do *De Trinitate*, para tal exercita seu pensamento sobre o amor entre o amigo, o casal e a sua prole para alcançar a noção de *dilectio Dei* na natureza humana, nas imagens do homem interior. A busca por uma trindade à imagem da Trindade deve considerá-la na totalidade da mente, ou seja, na parte do homem interior. Essa tarefa exige um conhecimento de si mesmo, por meio de um processo de autorreflexão, não obstante, a tríade da visão interna

Para concluir o autor descreve a influência do neoplatonismo na doutrina trinitária de Santo Agostinho, como referência, Lúcio Souza evoca os estudos de Olivier du Roy na sua tese sobre, *L'intelligence de la foi en la Trinité selon Saint Augustin*, publicada em 1966. Para Du Roy, a doutrina trinitária de Santo Agostinho está baseada mais em conceitos filosóficos e estruturas do pensamento neoplatônicos do que na fé “católica”. Argumenta que essa influência filosófica teria sido reconhecida pelo próprio Santo Agostinho nas Confissões. Talvez a maior contribuição de certos livros neoplatônicos ao pensamento de Santo Agostinho foi tê-lo conduzido ao seu íntimo para buscar a verdade. «Olhando para o seu interior, acima de sua inteligência, viu uma luz imutável, a luz da verdade que é Deus. Quem conhece a verdade, conhece

essa luz e quem a conhece, conhece a eternidade» (Cf. *Confissões*, VII, 10. 16). Santo Agostinho parece afirmar nessa ocasião, em poucas palavras, que tinha descoberto Deus uno e trino graças aos neoplatônicos (p. 209).

*Nilo César Batista da Silva*